

**INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO
BOLSHOI NO BRASIL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Conselheiros do
INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

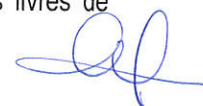
Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2016

As demonstrações financeiras do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 05 de abril de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG2002-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

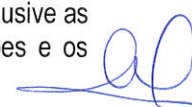
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 29 de março de 2018.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

ATIVO	Nota	2.017	2.016
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	831.414	2.174.959
Contas a Receber	05	5.219	118
Estoques	06	229.437	209.054
Adiantamentos		395.977	322.883
Outros Créditos		-	438
Despesas do Exercício Seguinte		828	888
Total do Ativo Circulante		1.462.875	2.708.340
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		3.138	2.100
Imobilizado	07	9.396.391	10.162.828
Intangível	08	220	461
Total do Ativo Não Circulante		9.399.749	10.165.389
TOTAL DO ATIVO		10.862.624	12.873.729

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2.017	2.016
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	58.964	26.094
Obrigações Sociais	11	643.708	475.015
Obrigações Fiscais	12	182.886	123.419
Provisão de Férias		148.833	642.787
Outras Obrigações		126	58.641
Total do Passivo Circulante		1.034.517	1.325.956
NÃO CIRCULANTE			
Outras Obrigações		-	354.600
Obrigações Sociais Parcelamento	11	1.502.742	1.182.165
Total do Passivo Não Circulante		1.502.742	1.536.765
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	14	36.098	1.721.645
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.289.267	8.289.363
Total do Patrimônio Líquido		8.325.365	10.011.008
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.862.624	12.873.729

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

	Nota	2.017	2.016
Receita Operacional Bruta		7.363.236	9.897.052
Patrocínios e Doações		4.893.924	5.345.735
Mensalidades e Taxas		293.295	7.782
Receita com Apresentações		410.112	408.567
Venda de Mercadorias		166.081	213.681
Convênios do Governo		1.599.824	3.921.287
(-) Deduções da Venda de Mercadorias		(37.267)	(42.072)
Receita Operacional Líquida		7.325.969	9.854.980
Custos e Despesas Operacionais		(9.011.612)	(9.272.932)
Custo das Mercadoria Vendidas		(80.162)	(77.374)
Despesas Ensino/Administrativas		(5.314.075)	(5.466.655)
Despesas Propaganda e Publicidade		(73.743)	(73.638)
Despesas de Gratuidades	15	(2.874.648)	(3.329.673)
Resultado Financeiro Líquido	16	(214.483)	(325.592)
Outras receitas / (Despesas)		(454.501)	-
Superávit (Déficit) do Exercício		(1.685.643)	582.048

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Acumulado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.107.422	-	8.321.538	9.428.960
Superávit do Exercício		582.048		582.048
Incorporação ao Patrimônio Social	614.223	(614.223)		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		32.175	(32.175)	-
Em 31 de dezembro de 2016	1.721.645	-	8.289.363	10.011.008
Déficit do Exercício		(1.685.643)		(1.685.643)
Incorporação ao Patrimônio Social	(1.685.643)	1.685.643		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	96		(96)	
Em 31 de dezembro de 2017	36.098	-	8.289.267	8.325.365

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
 MÉTODO INDIRETO
 (Em Reais)

	2.017	2.016
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) do Exercício	(1.685.643)	582.048
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	46.573	139.822
Provisão para Impairment do Imobilizado	810.000	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(829.070)	721.870
Contas a Receber de Clientes	(5.101)	1.811
Estoques	(20.383)	3.146
Adiantamentos	(73.094)	(110.535)
Outros Créditos	438	(87)
Despesas do Exercício Seguinte	60	15
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(98.080)	(105.650)
Fornecedores	32.870	1.510
Obrigações Fiscais	59.467	22.777
Obrigações Sociais	489.270	342.129
Outras Obrigações	(907.069)	563.759
(Aumento) ou Diminuição do Passivo	(325.462)	930.175
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(1.252.612)	1.546.395
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Investimento	(1.038)	(2.100)
Aquisição de Imobilizado	(89.895)	(3.641)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(90.933)	(5.741)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.343.545)	1.540.654
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	2.174.959	634.305
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	831.414	2.174.959

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017** (em Reais)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

O INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, e com caráter de entidade educacional, cultural, de pesquisa, assistência social e beneficente, sem fins lucrativos e goza de imunidade tributária.

É finalidade do Instituto o desenvolvimento da dança e das artes cênicas, o aprimoramento e incentivo à arte e à cultura, o desenvolvimento dos níveis e modalidades de educação e ensino, observadas as diretrizes do Teatro Bolshoi de Moscou e da legislação brasileira.

As receitas do Instituto se referem principalmente a patrocínios e doações, incentivadas e não incentivadas, recebidas de empresas públicas e privadas, com o intuito de fomentar a sua finalidade social.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Entidade em 29 de março de 2018.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002/R1) com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- (b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder do instituto, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.4 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de vendas à funcionários, cuja cobrança ocorre através de desconto em folha de pagamento.

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.6 Imobilizado

Os custos com aquisição de imobilizado são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada dos respectivos ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

3.8 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.9 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Entidade liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.11 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e despesas correspondentes.

3.12 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,

- b) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Entidade.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2.017	2.016
Caixa	1.334	1.003
Bancos Conta Movimento	224.285	690.951
Aplicação Financeira	605.795	1.483.005
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	831.414	2.174.959

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2.017	2.016
Contas a Receber de Clientes – MI	5.219	118
Contas a Receber de Clientes	5.219	118

Aging List Contas a Receber de Clientes	2.017	2016
A vencer em até 3 meses	5.219	118
Contas a Receber de Clientes	5.219	118

Contas a Receber por Tipo de Moeda	2.017	2.016
Real	5.219	118
Contas a Receber de Clientes	5.219	118

NOTA 06 - ESTOQUES

	2.017	2.016
Produtos Para Revenda	92.533	72.150
Almoxarifado/Uniforme	136.904	136.904
Total dos Estoques	229.437	209.054

NOTA 07 - IMOBILIZADO

	Terrenos	Benf. Imóveis Terceiros	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Veículos	Móveis e Utensílios	Ambulatório Médico	Biblioteca	Computadores e Periféricos	Equip. Telef. Celular	Equip. Comunicação	Obras em Andamento	Total
Vida útil em anos	-	10	5 a 10	10	5	7 a 10	5 a 10	20	4 a 5	1	7	-	
Em 31 de dezembro de 2015													
Custo	9.173.417	426.191	143.187	139.920	42.993	1.240.407	7.299	25.170	219.173	2.825	12.327	810.000	12.242.909
Depreciação Acumulada	-	(398.407)	(129.410)	(125.016)	(30.792)	(1.024.216)	(5.940)	(16.355)	(204.857)	(2.825)	(7.172)	-	(1.944.991)
Valor contábil líquido	9.173.417	27.784	13.777	14.904	12.201	216.191	1.359	8.815	14.315	-	5.155	810.000	10.297.918
Saldo inicial	9.173.417	27.784	13.777	14.904	12.201	216.191	1.359	8.815	14.315	-	5.155	810.000	10.297.918
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	3.641	-	-	-	3.641
Depreciação	-	(23.466)	(9.246)	(7.291)	(7.828)	(81.255)	(474)	(861)	(7.059)	-	(1.251)	-	(138.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.173.417	4.318	4.531	7.613	4.373	134.936	885	7.954	10.898	-	3.904	810.000	10.162.828
Em 31 de dezembro de 2016													
Custo	9.173.417	426.191	143.187	139.920	42.993	1.240.407	7.299	25.170	222.814	2.825	12.327	810.000	12.246.550
Depreciação Acumulada	-	(421.873)	(138.656)	(132.307)	(38.620)	(1.105.471)	(6.414)	(17.216)	(211.916)	(2.825)	(8.423)	-	(2.083.722)
Valor contábil líquido	9.173.417	4.318	4.531	7.613	4.373	134.936	885	7.954	10.898	-	3.904	810.000	10.162.828
Saldo inicial	9.173.417	4.318	4.531	7.613	4.373	134.936	885	7.954	10.898	-	3.904	810.000	10.162.828
Adições	-	-	14.573	39.272	-	22.700	-	-	13.350	-	-	-	89.895
Depreciação	-	(3.509)	(1.598)	(3.062)	(4.144)	(24.965)	(332)	(862)	(7.023)	-	(837)	-	(46.332)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(810.000)	(810.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.173.417	808	17.505	43.822	229	132.672	553	7.092	17.225	-	3.068	-	9.396.391
Em 31 de dezembro de 2017													
Custo	9.173.417	426.191	157.760	179.192	42.993	1.263.107	7.299	25.170	236.164	2.825	12.327	810.000	12.336.445
Depreciação Acumulada	-	(425.383)	(140.255)	(135.369)	(42.764)	(1.130.436)	(6.746)	(18.078)	(218.940)	(2.825)	(9.259)	(810.000)	(2.940.054)
Valor contábil líquido	9.173.417	808	17.505	43.822	229	132.672	553	7.092	17.225	-	3.068	-	9.396.391

O valor de R\$ 46.332 (R\$ 138.731 em 2016) referente à depreciação foi lançado ao resultado na rubrica de "Despesas Ensino Administrativas".

As benfeitorias em imóveis de terceiros se referem a obras do Teatro Juarez Machado, anexo ao Centreventos Cau Hansen, localizado em Joinville - SC, de propriedade da Fundação Cultural de Joinville, usado pelo Instituto para ensaios e apresentações.

O imobilizado em andamento se refere às obras de construção da sede própria do Instituto.

A Entidade procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Entidade fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Entidade atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Entidade que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Entidade estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “*in loco*” da unidade avaliada;
- Experiência da entidade com ativos semelhantes;
- Julgamento com base nas premissas definidas pela entidade;
- Valor médio de mercado (Tabela FIPE);
- Informação referente ao ambiente econômico;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Laudo de empresa especializada;
- Especificações técnicas; e,
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Entidade com seus ativos.

NOTA 08 - INTANGÍVEL

	Software
Vida Útil em anos	5
Em 31 de dezembro de 2015	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(11.087)
Valor contábil líquido	1.552
Saldo Inicial	1.552
Amortização	(1.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	461
Em 31 de dezembro de 2016	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(12.178)
Valor contábil líquido	461
Saldo Inicial	461
Amortização	(241)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	220
Em 31 de dezembro de 2017	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(12.419)
Valor contábil líquido	220

NOTA 09 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Entidade realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com a Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos do Pronunciamento Técnico PME.

NOTA 10 - FORNECEDORES

	2.017	2.016
Fornecedores Mercado Interno	58.964	26.094
Contas a Pagar a Fornecedores	58.964	26.094

Aging List Contas a Pagar	2.017	2.016
A vencer até 30 dias	58.964	26.094
Contas a Pagar a Fornecedores	58.964	26.094

Contas a Pagar por Tipo de Moeda	2.017	2.016
Reais	58.964	26.094
Contas a Pagar a Fornecedores	58.964	26.094

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2.017	2.016
Salários e Ordenados a pagar	223.132	471
Empréstimo Consignado - CEF	534	991
FGTS a Pagar	42.058	-
INSS a Pagar	15.474	101.330
Parcelamento INSS	362.510	372.223
Parcela Circulante	643.708	475.015
Parcelamento INSS	1.502.742	1.182.165
Parcela Não Circulante	1.502.742	1.182.165
Total de Obrigações Sociais	2.146.450	1.657.180

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2.017	2.016
COFINS a Recolher	228	216
ICMS a Recolher	5.252	1.692
IRRF a Recolher	164.545	105.830
PIS sobre Salário a Recolher	-	6.159
Retenção ISS a Pagar	29	29
Retenção Seguridade Social	10.154	5.929
Retenção PIS/COFINS/CSLL	2.678	3.564
Total de Obrigações Fiscais	182.886	123.419

NOTA 13 - CONTINGÊNCIAS

O Instituto está sendo citado em alguns processos judiciais de natureza cível.

As contingências cíveis foram consideradas pelos assessores jurídicos externos como possível probabilidade de perda totalizando o montante de R\$ 57.504.

Autor	Causa	Valor R\$	Detalhamento
Francisca das Chagas Dantas e Outra	Cível	100	Ação de Indenização Por Danos Morais e Materiais alegando que sofreu lesões na escola que a impossibilitaram para o trabalho e para a vida social
Tainá Rodrigues	Cível	51.220	Ação de Indenização Por Danos Morais em razão de reprovação e desligamento da aluna no último ano do curso técnico
Venair Tome Martins de Souza	Cível	6.184	Adicional de insalubridade em grau máximo + reflexos.
Total		57.504	

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL

O patrimônio social em 31 de dezembro 2017 equivale a R\$ 36.098

NOTA 15 - DEMONSTRATIVO DE GRATUIDADE

O montante de gratuidade do exercício de 2017 foi de R\$ 5.258.428 representando percentual de 71,41% relativos à receita operacional bruta do Instituto conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2.017	2.016
Receita Operacional Bruta	7.363.236	9.897.052
Despesas de Gratuidades	(2.874.648)	(3.329.673)
Outras Gratuidades	(2.383.780)	(1.456.744)
Percentual de Gratuidade do Exercício	71,41%	48,36%

NOTA 16 - RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2.017	2.016
Receitas financeiras		
Resultado Aplicação Financeira	18.600	21.979
Descontos Obtidos	921	1.335
Total das Receitas financeiras	19.521	23.314
Despesas Financeiras		
Juros e Despesas Bancárias	(17.173)	(12.900)
Juros pagos	(161.891)	(166.037)
Multas	(54.940)	(169.969)
Total das Despesas Financeiras	(234.004)	(348.906)
Resultado Financeiro Líquido	(214.483)	(325.592)

NOTA 17 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Entidade estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	Veículos	100% FIPE	09/07/2017 09/07/2018

A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros.